Parte II - Pensamentos e Contribuições

Capítulo V - Celso Furtado: fundação e perspectiva do desenvolvimento

Candido Mendes

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MENDES, C. Celso Furtado: fundação e perspectiva do desenvolvimento. In: SOUSA, C. M., THEIS, I. M., and BARBOSA, J. L. A., eds. *Celso Furtado: a esperança militante (Interpretações)*: vol. 1 [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2020, pp. 117-129. Projeto editorial 100 anos de Celso Furtado collection. ISBN: 978-65-86221-08-4.
<https://doi.org/10.7476/9786586221695.0007>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Capítulo V

Celso Furtado: fundação e prospectiva do desenvolvimento¹

Candido Mendes²

O pensamento fundador

A Reflexão Insatisfeita

Celso Furtado representou paradigma que, pela sua amplitude e variedade, logra se transformar em marco mesmo da maturação da consciência brasileira. Ou seja, do nível de reflexão atingido por intelectuais cujo pensamento passa à ação transformadora à sua volta. Nela, à verdadeira criação de instituições na passagem pela vida pública. No fecho da biografia, atingem a esta condição objetiva de árbitros de um momento histórico, interlocutores de presidentes e da busca dos grandes lances da decisão nacional, numa condição, já, de tutelares das nossas opções de destino. Significativamente, ainda, o pensamento, em Celso, afirmou-se de saída, em uma larga visão de mundo, que levou o moço da Força

1 Artigo originalmente publicado na Revista Dados vol.48 no.1 Rio de Janeiro Jan./ Mar. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v48n1/ao2v48n1.pdf> Republicação nesta Coletânea autorizada pela Revista.

2 Economista, escritor, membro da Academia Brasileira de Letras e da Academia Brasileira de Economia, foi Chefe da Assessoria Técnica do Presidente Jânio Quadros, 1961. Embaixador da Boa Vontade para a Aliança das Civilizações - ONU - desde 2009. Foi Professor universitário desde 1951: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ); Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (FGV); Faculdade de Direito Candido Mendes; Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro; Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Reitor da Universidade Candido Mendes.

Expedicionária Brasileira – FEB, encerrado o segundo conflito mundial, a esparramar-se por toda Europa, da Irlanda aos Dardanelos.

Inquiridor insaciável, partiu de uma profunda impregnação, ao mesmo tempo, italiana, a partir da Florença mal saída da guerra, e francesa, quando chegar a Paris foi também varar as portas da Sorbonne. A vocação do economista, desabrochada dentro dessa ampla visão de mundo, coincidiu, no país, com a decantação do debate do desenvolvimento, que começaria a esboçar-se no governo Juscelino. O Celso, que a defronta, já fora um dos personagens críticos dos pródomos da economia política aplicada do Brasil, gerada na Fundação Getúlio Vargas. A *Revista Brasileira de Economia* regeria toda a emergência dessa dimensão da nossa política pública, dentro da liderança de Eugenio Gudín, continuada na de Gouveia de Bulhões e no contraponto de Américo Barbosa de Oliveira.

Celso Furtado, primeiro presidente do Clube de Economistas do Brasil, marcaria a posição Cepaliana entre nós em Santiago, sob a inspiração de Raul Prebisch – a da hoje quase mitológica Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, da Organização das Nações Unidas – ONU – cujas teses teriam um primeiro confronto público, entre nós, na Conferência de 1953 em Quitandinha. Celso aí proporia o trabalho base da CEPAL em condições de deflagrar o debate do planejamento brasileiro, em pleno segundo governo Vargas. O contraditório das posições, nascido da tradição nacional, de resistência à racionalização da mudança, evidenciava-se, didaticamente, pela série de artigos de Gudín sobre a “A Mística do Planejamento”, já mediatizadas por Otávio de Bulhões no texto “A Programação do Desenvolvimento Econômico”.

Na urdidura de fundo, o grande progresso institucional, à época, nascia da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e do empenho de Roberto Campos, seu copresidente. Tal esforço daria à luz, em dimensões fundadoras, ao intervencionismo de Estado no processo econômico, supunha a constituição de toda uma nova e alerta burocracia governamental no Banco do Brasil, no Departamento Administrativo de Serviço Público – DASP, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, na Superintendência da Moeda e do Crédito – SUMOC, no Ministério da Fazenda, rematado no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE de então, instalado durante a vigência da Presidência Kubitschek.

A *intelligentsia* do Clube de Economistas, sob a liderança de Celso, integraria à época e dentro de um mesmo diapasão, dos pródomos de

uma política de desenvolvimento, Américo Barbosa de Oliveira, Eduardo Sobral, Herculano Borges da Fonseca e Sidney Latini. As publicações quase simultâneas de Celso, nos textos da CEPAL, e na *Econômica Brasileira*, despertaram no formulador, que não se conformava mais com a ribalta do analista político, o determinado empenho de integrar o planejamento como atividade essencial do Estado brasileiro.

O Definidor de Políticas Públicas

Celso sabe, entretanto, dos obstáculos e prefere atacá-los por uma estratégia progressiva. Juntando o imperativo econômico ao político, concentra-se no problema do desenvolvimento regional propondo a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e um primeiro consenso de prioridades de intervenção pública para contrapor-se à gravidade do desequilíbrio nacional que marcara, nos 50, o disparo do Centro-Leste brasileiro. Mas o decreto de institucionalização final da Sudene só acontece no governo Quadros. E o passo seguinte, o Ministério do Planejamento só vem a Celso no interregno entre o movimento abortivo militar quando da renúncia de Jânio, e o definitivo sucesso do 31 de março.

É já no quadro do começo da instabilidade democrática e institucional que Celso, ministro, afinal, da pasta da racionalização, da volta presidencialista de Goulart, propõe um primeiro e efetivo ordenamento entre objetivos, recursos e prioridades do erário, que o juscelinismo só articulara, hemiplegicamente, do ângulo das metas e das prioridades da ação de Estado, ainda decididas – mas de maneira absolutamente determinada – fora das lógicas intrínsecas da mudança.

Foi aliás perante essa premissa que despontou a primeira tensão entre Juscelino e Celso, ao perguntar este com que recursos contaria o presidente, movido pela criação orgiástica do capital símbolo da mudança – o da implantação da nova capital do Brasil – *ex-nihilo* do ponto de vista das disponibilidades para dela dar cabo. Na volta à democracia o talento fundador institucional de Celso lhe levaria a definir os supostos mesmos do Ministério da Cultura em área, ao mesmo tempo, tão diáfana como decisiva da presença pública na política identitária do país.

O Arcano e a Referência Nacional

A biografia de Furtado, chegada à plena maturidade, só se enriquece no vai-e-vem entre o país e o exterior, tanto pela requisição das agências

internacionais a partir da CEPAL, como pelo convite à presença continuada do economista nos grandes centros universitários mundiais. É difícil encontrar-se a distribuição mais harmônica do *scholar* no exterior, entre a Sorbonne e a Cambridge, independentemente da série de visitas ao mundo acadêmico dos Estados Unidos e da América Latina.

O septuagenário que volta para ficar no Brasil já se transformara na referência fundamental para as políticas de mudança; a crítica e contra-crítica do desenvolvimentismo, a polarização nacional neste esforço e a defesa do Estado no seu advento, diante da emergência das teses da globalização; o suporte à proposição realista das teses de um governo Lula que, afinal, se elege e enfrenta a premissa da sua estabilidade na presente conjuntura internacional para atender aos reclamos de uma alternativa à estrita conservação do neoliberalismo.

Em originalidade marcante ainda, Celso pode nos dar, na sucessão de dois volumes, a trajetória da cabeça, nos dois tempos da “Fantasia Organizada” e na “Fantasia Desorganizada”. Demarca a ascensão do pensamento da mudança, suas fontes, sua polêmica, suas retomadas, vincula o seu impasse à perda da inspiração totalizante do salto, alimentada no momento canônico de Juscelino; aos embates subsequentes, da ruptura entre a democracia e os estamentos autoritários, seguido da contínua dilatação à entrada em cena de um projeto social democrático, entre o nominalismo da intenção tucana, e as mediações impostas pela *realpolitik* do Partido dos Trabalhadores – PT à dura manutenção do imperativo de transformação social.

A obra paradigmática

O Dom do Livro Só

A reflexão de Celso teve a marca antológica do pensamento praxístico, nascido do aprofundamento, sem cortes, da meditação fundadora que retoma, revê, compara. Faz-se à flor do fenômeno global que se lhe desvela, e ao qual empresta, também, a sua própria intervenção. É desses casos raríssimos, em que se põe em causa a própria maturação da cultura nacional pela capacidade de autores privilegiados, de escreverem o livro paradigmático, que pauta toda a sua obra posterior como projeção, em mosaico, do seu descortínio, ou “achamento” de uma interpretação-limite e abrangente do contexto da realidade sobre a qual se debruça.

A chegada à dobradura histórica, ao relevo último de uma estrutura

social total, garantiria este referir-se fundamental. Mas, exatamente, para no ângulo de uma visão sem restos encontrar a mais ambiciosa das políticas públicas: a de uma efetiva transição entre estruturas sociais totais – a semicolonial e a do desenvolvimento – a fazer, diretamente, do seu acerto, ou do seu fracasso, a perda de um tempo, ou de um “eixo” histórico, como a entende Karl Jaspers. São essas as épocas privilegiadas, como os 50 e 60 no país, quando os multiplicadores de escala, e das interações sociopolíticas e econômicas mudam a dimensão de uma realidade coletiva como acontecer histórico.

O que já se encontra, seminalmente, em *A Economia Brasileira* se desdobrará no *opus magnus* que é a *Formação Econômica do Brasil*. O porte da *ouverture* permite que os momentos posteriores ganhem um verdadeiro registro de partitura toda, diante do *rationale* da mudança que traz ao desenvolvimento e já em todos os lances de sua vigência, assistida no corte áureo da biografia de Celso. Seus títulos declinam toda esta trajetória: *Dialética do Desenvolvimento*; *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*; *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*; *Um Projeto para o Brasil*; ou, já, no curso da emergência da hegemonia dos Estados Unidos da perda da expectativa da nossa mudança, *Criatividade e Dependência*; *O Brasil pós-Milagre*; *A Nova Dependência*.

O Compreender e o Explicar

É difícil se encontrar quem na América Latina desdobrasse, como fez Celso, a metodologia da compreensão de Dilthey, somando o entendimento da abrangência de uma estrutura social total, em todas as suas conexões históricas, ao descortínio de um dos protagonistas-chave que integraria uma mudança macro histórica. Não se encontra talvez em nosso pensamento econômico continental – e Prebisch é o seu parceiro, ainda que sem o refino categorial do paraibano – uma contemplação mais exigente e larga de trajetória de desempenho englobante do país, nas décadas críticas do meio século passado. Chegou-se a fazer jus a um desfecho diverso ao que preveria – com leitura e vaticínio da crise – uma visão ortodoxo-marxista, na dinâmica das relações de produção, tal como manifestadas pelo complexo semicolonial brasileiro.

Deparávamos um quadro específico de baixa produtividade, excesso de mão-de-obra-resposta aos desequilíbrios em termos perenes de acomodação, não de ruptura à contração da demanda sem jamais implicar a reformulação do peso ou da inserção original dos componentes do

sistema. A riqueza e originalidade de Celso residiram em ser o primeiro pensador da ausência de disrupção sistemática da economia colonial, reconhecida, justamente, na envergadura de um fato social total, pela sintomatologia deste escape continuado. A visão pioneira de Celso levou-o a dissecar o Convênio de Taubaté de 1906, no qual se evidencia claramente a articulação da primeira política da “República do café-com-leite”. A análise inovadora derrotou o imperativo da política inflacionária para a manutenção dos ganhos do mercado, à margem de qualquer contingenciamento dos excessos de produção, ou dos desajustes atribuíveis ao comportamento ortodoxo para garantir as ditas economias produtivas, e suas vantagens, a sol e chuva.

A estabilidade geral do sistema se traduzia por essa capacidade de socializarem-se, pela inflação, os prejuízos do setor cafeeiro e se concentrar, *ipso facto*, o seu lucro. Foi dentro da mesma premissa que se produzia o dito “absurdo” da queima de café dos anos 20. Manifestava-se aí o último corolário do “fato social total”, em que a economia brasileira evidenciava a simplicidade drástica dos seus mecanismos, e a absoluta articulação compensatória dos seus ganhos, com a reapropriação pelo capital, do confisco financeiro de outros fatores de produção.

O grande *insight* de *A Economia Brasileira* permitiu a Celso todo esforço de uma articulação histórica subsequente. O importante do texto básico de Furtado foi a sua coincidência com a etapa da própria refundação da perspectiva brasileira, ao nervo da descoberta da sua dependência radical, então, da fragilidade dos ditos “produtos-rei” de exportação. O sucesso da obra coincidia com uma explicação abrangente para nossa afirmação como sujeito histórico. Soltava-se do passado, fugindo do escamoteio da crise como recorrência, à exaustão, do mesmo ciclo econômico fundamental. Seria irrelevante, neste quadro – e eliminada toda indução positiva da mudança pelo impasse – a ausência da poupança dos setores produtivos, ou o comportamento da população e da mão-de-obra, como engendradora de um mercado de consumo.

Pensamento e Práxis da Mudança

Diante deste vasto e monótono painel do passado brasileiro, Celso – na obra-chave – não cessaria de aperfeiçoar o entendimento dessa quase inexpugnabilidade de ruptura do regime que chega, praticamente, à II Guerra Mundial e se altera muito mais pela interveniência de políticas públicas deliberadas, do que por qualquer cumulação causal de

bloqueios, como se se adicionasse qualquer complexidade maior do sistema de todo o sempre, ou qualquer ganho de funcionalidade intrínseca de seu comportamento.

O Celso que vai à CEPAL e faz-se parceiro da sua ideia de obra, acompanhando o rasgo de Prebisch, é contemporâneo do momento em que, por uma vez, os ganhos dos “termos de troca” da dinâmica internacional da América Latina permitiria uma cumulação estratégica, a médio prazo, para vencer a estrutura semicolonial.

Diante da cunha aberta, neste quadro de relações seculares de dependência, *A Economia Brasileira* e *a Formação* serviam de plataforma para um primeiro delineio do desenvolvimento, ponteadado pela intervenção do Estado em setores nucleares da mudança de estruturas, de par com o redistributivismo da renda nacional. Este nasceu a partir do implante do salário mínimo, como promessa da busca de um mercado interno de bens de consumo geral, no qual o impulso da industrialização ganhava o seu arrimo e se engendrava uma nova densidade de relações sociais.

Análise Econômica e Estruturas Sociais Totais

Atente-se, ao mesmo tempo, o quanto o universo mental de Celso se afirma em toda essa dialética em que a compreensão exorbita dos supostos iniciais do mero conhecer. A análise econômica contemporânea devolve-se ao processo social que a emoldura e dentro dele, à definição de mudança, em toda a sua sinuosidade de verdadeira práxis.

Na construção da sua perspectiva, Celso pode remontar a 1928, no elenco dos aportes seminais ao que seria, finalmente, o *breakthrough* da sua visão do desenvolvimento. Localiza a ideia de “economias externas”, necessária à ruptura da inércia de um regime social em Young. Sobreleva o contributo de Paul Rosenstein Rodan na sua reflexão de 43, na explicação do que seja um surto industrial e já, exatamente, no impacto de sua causação exponencial.

O roteiro do economista brasileiro, de logo se apegar à fieira dessas desinências de mudança, como uma inter-relação, e não um fatorial sistêmico, pela qual a compreensão do desenvolvimento exorbitaria, de vez, a das equações da análise econômica. Reporta-se a Dussemberry, no seu famoso “efeito de demonstração”, para definir a geração de poupança, ou não, diante da posição do indivíduo na escala social de distribuição de renda, já colhendo, ao mesmo tempo, a intuição de Prebisch, de que o citado fenômeno também se manifesta no padrão imitativo global, em que

o mundo subdesenvolvido se compagina ao das nações mais adiantadas.

Sistema e Pregnância Histórica

No Brasil, exaurida a experiência cepalina, Celso irá confrontar-se – na sequência das visitas ao país, promovidas pela *Revista Econômica* – com as grandes cabeças, formuladoras da perspectiva de alteração radical do nosso comportamento econômico, no seu impacto sobre a poupança e aplicação produtiva. E é no córtex das estruturas globais de comportamento coletivo que Furtado revidará a Nurkse, que fica a meio caminho, nessa visão ampla dos ciclos e dos padrões de sua reprodução, muitas vezes sem se dar conta do novo engaste aberto por um momento histórico, como o do nosso intervencionismo econômico nos 50-60, só definível pelas remissões causais globais e não, ainda que ambiciosamente pensadas, pelas interações meramente sistêmicas.

Celso pode revidar a Nurkse no seu último veredicto, de condenação dos subdesenvolvidos à perenidade do ciclo vicioso da miséria, atentando, justamente, ao impacto nesses complexos, por uma nova dimensão do princípio internacional de organização do trabalho, e a plena consideração do que vê como os agentes sociais da mudança. É a disputa, aliás, com Nurkse que vai – até por instigação de Gudin à época – configurar o artigo seminal publicado na *Revista Econômica Brasileira*, e reproduzido no *International Economic Papers*, e que veio, subsequentemente, a constituir-se na *Economia Brasileira*.

É difícil se encontrar trajetória do pensamento nacional dotado de espinha dorsal tão nítida, e da força de uma reflexão que sabe se infletir à certeza de uma práxis, dobrar-se ao seu momento, e o modificar inclusive pela capacidade de projeção do conceito à política pública. Celso dessa remissão única de um pensar fundador do desenvolvimento irá, durante o segundo governo Vargas, à nova meditação internacional deixando a CEPAL e o que via como a exaustão desse pensamento fundador da mudança, vencida a hegemonia tradicional da análise econômica. Vai a Cambridge, nessa vitalização dos seus enfoques, encontrando todo o novo horizonte da visão global da sua ciência. Encontra Joan Robinson, por demais concentrada nas sequências da sua teoria sobre a *Acumulação do Capital*, e vê o seu trabalho como um exemplo ineludível de confinamento, pela especialização do esforço criativo, a rendimentos decrescentes.

A teórica britânica pareceria a Celso preso a visão cada vez mais

economicista, diante da demanda e da interrogação do brasileiro, para quem o subdesenvolvimento se inseria na mais ampla e, por isso mesmo, não menos rigorosa visão de um processo social. Cambridge é também o momento em que Celso depara, em alvíssaras, o modelo de crescimento econômico de Nicholas Kaldor, na valoração da tecnologia como fator final determinante da mudança e tornava a distribuição de renda – fator exógeno dessa dinâmica. Não entrava, entretanto, na formulação compreensiva que sugeria o passar-se ao mais alto das constituições abstratas em que permaneceria, por mais que elegante nas suas proposições, a fidelidade à análise econômica preservando-a – como observara Celso – da “mutabilidade” do mundo real.

É no confronto, pois, com as cabeças mais exigentes da época, que Furtado parte para o seu próprio *opus magnus*, avançando da *Economia Brasileira* para a *Formação Econômica do Brasil*. Refinava-se a atitude do pensador, de elencar questões básicas, extraídas ainda da doutrina econômica, para testá-las à vigência da realidade, ou seja, à da história mesma. Dispunha Celso, à época – como começo da vertente que escolhera – de um primeiro repertório factual, qual o do levantamento portentoso da *História Econômica do Brasil*, de Roberto Simonsen. Poderia entregar-se à instauração pioneira do quadro da exploração do açúcar no país, em todo a exigência de sua dinâmica como estrutura social global.

Subdesenvolvimento e Processo Social

Em uma só dimensão crítica se encompassavam – a bem da integridade do sistema – a sua extraordinária rentabilidade inicial e a baixa de preços da segunda metade do século XVII. Mas exatamente tal para mostrar a especificidade do quadro brasileiro, no qual essas flutuações perderiam qualquer impacto diante do trabalho escravo e, pois, de um ínfimo pagamento a fatores de produção que guardavam o segredo do regime semicolonial, e de sua inexpugnabilidade, apoiado na oferta permanentemente inelástica.

As conclusões do quadro da economia açucareira, toda vinculada à variação da produtividade média do conjunto econômico, como insuscetível de gerar tensões significativas ou impacto sobre o sistema, continuariam na da extração do ouro, ou do cultivo do algodão, ou do arroz maranhense, chegando à do café, não obstante já neste caso, perante o novo impacto da absorção de mão-de-obra assalariada. Mantinham-se os regimes indenés à variação de temperatura econômica, até a criação

de uma primeira variável exógena ao sistema, com o começo da industrialização, para atender à criação de um mercado interno, e ao aumento da renda *per capita* concentrada na região Centro-Sul do país. E é no terceiro quartel do século XX que Celso vai encontrar o embasamento histórico para a sua defesa da economia nacional autocrata, de nítida interferência fundadora do Estado, já aliás prenunciada no velho regime, pelos controles cambiais, ou pela destruição dos estoques excessivos de café.

Manifesta-se nessa etapa a contraposição nítida entre a dinâmica do comércio exterior e a da industrialização, assentada no crescimento do mercado interno. É quando, continua Celso, e de vez divisando o rumo final dessa expansão, uma redução brusca da procura externa já não afetava, necessariamente, o nível de emprego no país, mas seu efeito na taxa de crescimento.

Um canon para a cultura brasileira

O Fiador de Vigências

Significativamente o Celso que volta ao Brasil para a etapa de fundação de políticas públicas não vê todo o seu enfoque confirmado na demonstração de que a formação histórica do país predomina sobre qualquer meta-sistêmica do acontecer econômico, na última conformação que lhes dá a sociedade à sua volta.

O Celso da Sudene e do Ministério do Planejamento vai ao ataque direto da “mutabilidade” do mundo real, para além do rigor das equações de Kaldor assentando-o no próprio núcleo da mudança, representado pela industrialização, ou na ação de racionalidade global, no empenho da correção dos desequilíbrios, que são a contrapartida desse todo social, tomado de vez por um novo dinamismo. A decisão seria por corrigir o divórcio da área nordestina, diante das novas taxas de crescimento no país que, de fato, se orientava para seu mercado interno. O Celso de retorno é o do definitivo comprometimento com as políticas do desenvolvimento regional, engendradoras da SUDENE como da definitiva vinculação do pensador com as políticas públicas transformadoras do seu tempo.

A consagração do órgão, no decreto sancionado por Jânio Quadros, busca as políticas de reorientação de investimento, a dinamizar recursos quase secularmente ociosos. Agregava-se a luta contra a indústria do atraso e o sistema de interesses constituído na política orçamentária; o

enfrentamento da ponta mais resistente de coalizão entre as formas vetustas do latifúndio e a sagacidade, pelo domínio dos clãs políticos, de garantir-se o imobilismo, senão a esterilização, do aproveitamento das receitas públicas federais. Em uma perspectiva mais larga e definitiva a Sudene acabou com uma mitologia do Brasil folclórico ou da explicação de nosso atraso pelo castigo apocalíptico das saúvas e das secas, ou das verbas evaporadas para a construção dos açudes em nosso semiárido.

As Estratégias da Racionalidade

Os abalos políticos resultantes da renúncia de Quadros no “vai-e-vem” do parlamentarismo, como trégua para sobrevivência da democracia já rondada pelo intervencionismo militar, tiveram em Furtado um polo de aprumo, transferido a uma primeira e ambiciosa ordenação do planejamento brasileiro. Na volta à democracia o Celso recrutado, de novo, à vida pública é levado à literal fundação dessa política como então reclamava a ação do Estado na pasta da Cultura, dissociada do Ministério da Educação. Impõe-se-lhe a superação do primarismo dos aportes orçamentários, o preparo da filosofia das renúncias fiscais, e dos estímulos ao investimento invisível, que marca a objetivação da vida do espírito e a valorização deste mesmo intangível que assentaria uma memória nacional, no aprofundamento de nosso reclamo identitário.

A Nação, à Obra e Risco

Toda última década, entretanto, já é a de Celso que toma a voz do arcano e desse saber que porta em todas as suas cicatrizes, exposto ao trauma os retrocessos e avanços do desenvolvimento, para nos dar a certeza final da sua sustentabilidade. Sua palavra se tornou a desses definidores de horizontes históricos, quando é todo um vertedouro de um processo social que se verga à quase fatalidade da globalização, condenando-nos à perpétua conjuntura.

Deve-se a Furtado não só o aponte do norte grosso e ineludível dos rumos nacionais como convém a voz imperiosa dos profetas, mas, em tempo do mais solerte e final desarme do Estado, a cobrança da retomada de sua presença em nossa vida econômica. O clamor do octogenário foi talvez o primeiro a mostrar o capital de barganha externo que guarda o país se mantiver estruturas públicas como a da Petrobras, ou do aparelho energético remanescente, ou do papel da iniciativa governamental como novo estímulo indispensável à volta estratégica da empresa nacional.

Vivemos um momento crítico, no que o pós-guerra no Iraque tenta reorganizar as constelações econômicas do Primeiro Mundo e nos deixa com esperanças minguiadas do que seja ainda a racionalização desses mercados, a partir das primeiras esperanças de Cancun quanto à Área de Livre Comércio das Américas – ALCA ou da Organização Mundial do Comércio – OMC, a garantir uma política de exportações sustentáveis para os mercados da afluência internacional. E só começam os emperros para darmos validade econômica ao mundo transcontinental de ação periférica, tal como vislumbrado ainda em começo de 2003 pelo consórcio entre Brasília, Pretória e Nova Délhi.

Ninguém como Celso na polêmica de 2004 expressiu a confiança do regime em vencer, a seu tempo, as areias movediças neoliberais. Em todos os incidentes do debate entre Luiz Fernando Furlan, Henrique Meireles e Carlos Lessa, Furtado repetiu a confiança no propósito de transformação social no Planalto, apostando na vontade do Estado, e sabedor de que não saímos do labirinto entregues tão só à inércia do mercado. Mas esse encaminhamento está na dimensão interna da nossa economia, pela interveniência do aparelho público a quem incumbe firmar as economias nacionais que sobrevirão ao mundo global.

A Academia Brasileira de Letras teve talvez mais que qualquer outro cenário a palavra repetida, nos últimos meses, de Celso em assinalar o quanto não há precedentes de economias de nosso porte a querer, de fato, se desgarrar da vala comum da conjuntura e de seu enleio. O ministro da Cultura inclusive predominava na sua voz sobre a do Planejamento. A afirmação da nossa identidade transpunha-se a esta dimensão crescentemente ameaçada em que, afinal, a globalização pode trazer o seu último recado de terraplanagem das diferenças do multiculturalismo, no universo da ordem hegemônica. Esta, especialmente a partir do 11 de setembro, deu outro teor às velhas dominações e reclama mobilização de um verdadeiro inconsciente coletivo, diante do impacto acrítico do progresso sobre a subjetividade remanescente dos atores coletivos de nossos dias.

Devemos a Celso também a insistência em dar à consciência de latiniidade um denominador que nos situe em dimensões supracontinentais, dentro do nosso sentir de Ocidente. O que defendeu e previu como nossa posição relativamente excrescente do universo das globalizações, pela nossa economia de mercado interno no Continente, continua ou mesmo se antecipa pela consciência do caráter expropriatório com que a visão de mundo hegemônica se apossa dos inconscientes coletivos à sua volta.

O mesmo Celso que sustentava a causação histórica para explicar, para além da economia as estruturas de mudança, atenta ao impacto final da modernização econômica como invasor e dissolvente do processo cultural que o recebe. Todo o recado de Celso vai à sua capacidade de viver por inteiro e, ao mesmo tempo, exprimir o momento canônico da vida do espírito brasileiro exposto ao repto do assentamento de nosso “ser de nação”. Representou singular remate ao que logrou o cientista social, em um país de frágil vocação para a plenitude do pensamento feito obra.

O Brasil para si mesmo sabe do seu tempo e da sua agenda histórica para fugir das somas algébricas de um ganho e perda passada aos pratos da globalização. Não foi outro que o bordão do velho Hino da Independência, das estrofes de Evaristo da Veiga, o que se ouviu à beira da sepultura do pensador. Entoadado, de saída, por popular sindicalista, terminou em palmas: nada mais haveria a dizer do que cumpra, como testamento de Celso, ao país de Lula.